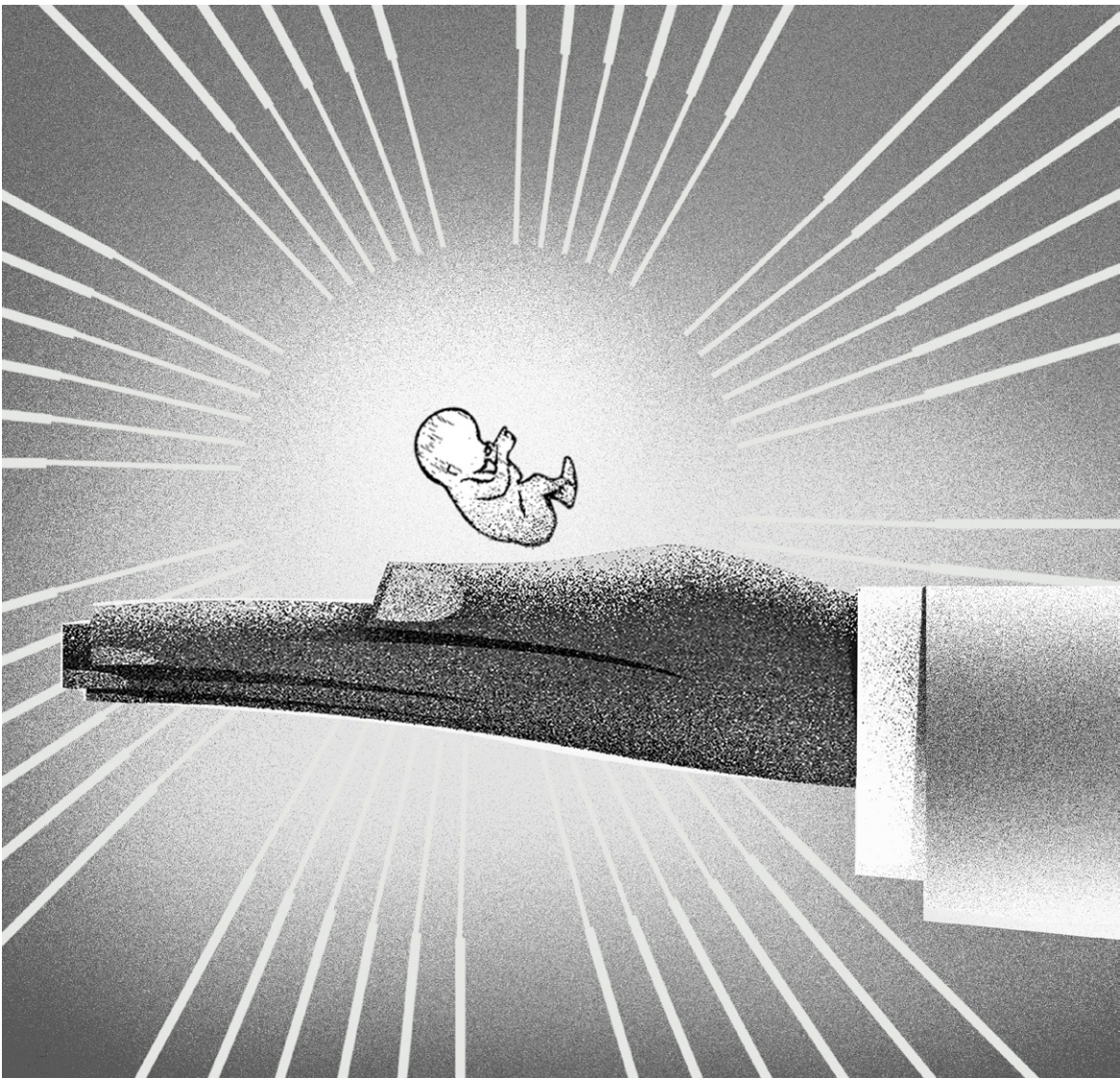


Da infância à maioridade, pela saúde integral da criança sob tutela do pediatra

» CLÓVIS FRANCISCO CONSTANTINO,
Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)



Infância, esse período repleto de descobertas e aprendizados, é o alicerce sobre o qual se constrói o caráter e a personalidade de um indivíduo. É nessa etapa crucial que lançamos as bases para uma vida adulta plena, tanto em saúde física quanto emocional e mental. Como sociedade, e mais especificamente como pediatras, temos o dever inalienável de garantir que cada criança tenha a oportunidade de crescer em um ambiente que lhe proporcione segurança, saúde e afeto.

A bioética clínica (médica), em sua essência, nos guia sobre a primazia do respeito à autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Tais princípios tornam-se ainda mais vitais quando nossa atenção se volta para a criança e para o adolescente. Ouvir suas vozes, suas preocupações, por mais singelas que possam parecer, é uma forma de respeitar sua autonomia. E, sempre que viável, é nosso dever incluí-las nas decisões que afetam diretamente suas vidas.

A Pediatria, na medicina, em sua nobre trajetória, tem como missão primordial assegurar que cada criança seja atendida com excelência, valorizando sua singularidade, dignidade e direitos inerentes. A Constituição Brasileira, em seu artigo 227, estipula que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem reforçar essa missão, estabelecendo parâmetros claros para a proteção integral de nossos jovens. Como médicos, é essencial que estejamos alinhados a esses princípios, garantindo que cada intervenção seja pautada no melhor interesse da criança. Como médicos, é essencial que estejamos alinhados a esses princípios, garantindo que cada intervenção seja pautada no melhor interesse da criança.

Aspectos como a amamentação, o simples ato de brincar, o contato revigorante com a natureza, um sono de qualidade, uma alimentação balanceada, a salvaguarda contra qualquer forma de violência e a moderação no uso de dispositivos eletrônicos são pilares fundamentais para um desenvolvimento saudável.

O pediatra, contudo, não se limita ao espaço

de uma singular consulta (do consultório). A cada encontro com as famílias, surge uma chance de reiterar a dignidade e o respeito que cada jovem merece. Estamos, ainda que indiretamente, presentes nas escolas, nas comunidades e influenciando políticas públicas, sempre em prol dos direitos das crianças. Afinal, cuidar da saúde de uma criança vai além de tratar enfermidades; é criar um ambiente propício para seu pleno desenvolvimento e crescimento.

Entretanto, nem sempre o cenário é favorável. Diariamente, enfrentamos desafios que questionam nossa integridade e comprometimento ético. Seja na busca por uma formação médica de excelência, na defesa de condições de trabalho dignas ou na promoção de uma capacitação profissional sólida, nossa jornada é constante para elevar o padrão do atendimento pediátrico.

Neste mês emblemático de outubro, em que

homenageamos as crianças no dia 12, apelo à sociedade para reconhecer a importância de cada criança ter ao seu lado um pediatra, não apenas como um especialista, mas como um guardião de seu desenvolvimento integral. Vale lembrar que, no dia 15, também celebramos o Dia do Professor e, nós, pediatras, antes de tudo, em nossa missão da puericultura, somos educadores do presente na direção do futuro saudável e pleno.

A passarmos também pelo dia 18, data em que comemoramos os médicos, conclamo meus colegas de profissão a uma profunda reflexão sobre nossa missão. Que possamos fortalecer nosso compromisso ético e, juntos, iluminar o futuro de nossos jovens. Pois, nas palavras do visionário Albert Sabin, “é preciso fazer alguma coisa pelas pessoas sem visar lucro”. E que possamos, juntos, fazer a diferença na vida de cada criança.

O garantismo pode salvar a Amazônia?

» ANA CLAUDIA PINHO,
Promotora do Ministério Público do Pará
e professora-adjunta de Direito Penal da
Universidade Federal do Pará

Certa vez, um aluno me fez a seguinte indagação: “Professora, mas o garantismo pode salvar os negros? Ferrajoli é um homem branco e europeu. De que forma a sua teoria pode combater o racismo?”. Eu respondi: “O garantismo é uma teoria do direito e da democracia e, desde esse lugar, é a ferramenta ideal para afirmar a necessidade de controle de poder de maiorias sobre minorias, por meio da aplicação intransigente da Constituição”. Na sequência, aconselhei a leitura do livro *Democracia y Garantismo* (Madrid: Editorial Trotta, 2008), especificamente o item “o racismo institucional”, no qual Luigi Ferrajoli, jurista italiano, que formatou a teoria do garantismo, combate as chamadas “políticas de morte”.

Ainda dei um exemplo bastante prático: na condição de promotora de Justiça, eu já me manifestei pelo arquivamento de inquéritos policiais nos quais o indiciado era um jovem negro, preso “em flagrante” por crime de tráfico de entorpecente, a partir de “atitudes suspeitas”, ou “denúncias anônimas”. Tais procedimentos violavam, frontalmente, a Constituição, já que, em sua grande maioria, implicavam o uso de provas obtidas por meio ilícito, apelando, claramente, para um modelo de Direito Penal de autor. Ou seja, utilizando o garantismo como ferramenta teórica, eu evitava — ao menos naqueles inquéritos que até mim chegavam — que um número expressivo de jovens negros permanecesse preso ou fosse processado. O garantismo, de certa forma, salvou muita gente.

Recentemente me perguntaram se o garantismo pode salvar a Amazônia. A princípio, a pergunta me causou certa perplexidade, mas concluí que fazia total sentido, especialmente levando em conta o mais recente trabalho de Luigi Ferrajoli, *Per una Costituzione della Terra: l'umanità al bivio* (Milano: Feltrinelli, 2022).

Explico-me: Luigi Ferrajoli está para muito além do garantismo penal. Em seu *capo-lavoro*, intitulado *Principia Iuris*, ele esclarece que existe o garantismo penal, o civil, o patrimonial, o social e o planetário (internacional ou global); cada qual operando a partir de uma lógica própria, porém conectados pela máxima de que todo poder tende ao abuso e, por isso, precisa de limites, controle, constrangimentos.

Isso me faz chegar a um postulado caro ao garantismo: a necessidade de se diferenciar democracia formal (movida pela regra de maioria) e democracia material (movida pela defesa intransigente dos direitos fundamentais de todas as pessoas). E por que isso importa? Na verdade, não só importa, como é a chave para se afirmar que o garantismo pode, sim, ser um instrumento extremamente precioso para — se não salvar — tutelar a Amazônia, enquanto bioma, e os povos que habitam suas florestas e suas águas. Ferrajoli adverte: “A humanidade se encontra diante de emergências globais que colocam em perigo a sua própria sobrevivência”.

Dentre essas emergências, o professor italiano menciona o aquecimento global. E diz mais: estamos chegando a um “point of no return”. Não bastasse a biodiversidade, esse rico território guarda culturas e saberes originários dos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos tradicionais, que mantêm, com a natureza, uma relação ancestral. Estamos falando, assim, de muita coisa!

Há um dado da realidade que precisa ser destacado: esses povos são submetidos a violências de toda espécie. Os territórios tradicionalmente ocupados por eles, são constantemente invadidos, desmatados; e são frequentemente contaminados ou degradados por meio de processos produtivos insustentáveis, comprometendo a saúde e a vida dessa população. Na região amazônica, é conhecida a gravidade dos conflitos no campo, em que povos indígenas sofrem ataques e violações praticados pelos “poderes selvagens”, para usar a feliz expressão de Luigi Ferrajoli.

O garantismo, portanto, ao clamar pela efetividade das chamadas instituições de garantias (que objetivam à defesa dos direitos de todos) mostra-se como um importante aliado na proteção — não somente da Amazônia — mas, sobretudo, dos povos que nela habitam. O garantismo não se faz somente com a regra de maioria. O Garantismo só estará satisfeito quando a tutela dos direitos de todos os seres humanos for assegurada, ainda que contrariando a opinião de muitos.

Sem a defesa dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, de tudo o que nos constitui como nação, incluindo a cultura ancestral, a floresta, os rios, as águas, jamais conseguiremos falar plenamente em democracia.

Uma agenda de comunicação pública

» JORGE DUARTE
Vice-presidente da ABCPública

A comunicação tem sido subaproveitada em seu potencial para a promoção de uma cidadania ativa e eficácia de políticas públicas. Mesmo reconhecida como estratégia poderosa para informar, promover a participação e educar, seu uso remete frequentemente à simples autopromoção e tarefas instrumentais básicas. No Brasil, onde a polarização e a desinformação são desafios inquietantes, ela deve ser usada como espaço e ponte para a informação, o diálogo e o desenvolvimento social, e, claro, garantir o atendimento público de qualidade.

Comunicação é mais do que um ato unidirecional e não deve ser confundida com divulgação ou promoção. Exemplos de práticas para conservação e expansão do capital político com uso estratégico da comunicação são os (longos) períodos de Getúlio Vargas e do regime militar.

Com a democratização, a agenda passou a ser a comunicação como suporte para o exercício da cidadania. A comunicação a serviço da sociedade se alinha com o bem-estar do cidadão e com a democracia. Uma comunicação eficaz pode intensificar a participação cidadã, promover a elaboração colaborativa de políticas e assegurar a qualidade e acessibilidade das informações para o exercício pleno da cidadania. A compreensão da comunicação como simples instrumento operacional (ainda por cima, muitas vezes restrito à divulgação) expressa uma visão reducionista e obsoleta que destoa do consenso atual de comunicação como função estratégica de gestão.

A comunicação tem o potencial de melhorar os procedimentos internos, qualificar o fluxo de informações e fortalecer laços tanto institucionais quanto individuais com os cidadãos. Por sua capacidade de ampliar a eficiência das instituições, conferir mais transparência, acesso e garantias do atendimento ao interesse público, a comunicação deve ser componente estratégico na execução das políticas públicas e para uma governança responsável. Exemplo paradigmático é o uso de estratégias de

comunicação em campanhas de vacinação, prevenção do HIV/AIDS, antitabagismo. Qualquer outra área do Estado merece o mesmo esforço — transporte, ciência, cultura, educação, segurança e previdência, para ficar em poucos exemplos.

E não é apenas no Executivo. No Legislativo, os desafios incluem incentivar a participação cidadã, oferecer educação política e garantir acesso a informações cruciais para o debate. Já no Judiciário, estratégias de comunicação eficazes podem ajudar a restaurar a confiança pública, esclarecer processos e decisões e promover o entendimento do sistema democrático. Na verdade, são desafios comuns a todas as esferas do Estado, amplificados em um cenário em que a sociedade enfrenta cada vez mais desinformação e confusão — muitas vezes produzidas de maneira intencional, como estratégia política, ampliando a corrosão da confiança pública nas instituições, no sistema político e especialmente na democracia.

Passo importante e pouco destacado na evolução da comunicação pública foi a exigência, pela Constituição de 1988, de concursos públicos. Desde então, os avanços têm sido mais lentos que o desejável, provavelmente pela cultura de décadas de uso político da comunicação para promoção pessoal — tradição arraigada e articulada com autoritarismo, patrimonialismo, nepotismo e clientelismo. Ainda não são tão comuns no serviço público políticas formais de comunicação, planejamento integrado, programas de qualificação de comunicadores e de gestores em comunicação, manuais e, particularmente, planejamento de longo prazo e estratégias de comunicação que deem suporte a políticas públicas. Parece existir, ainda, uma centralização do foco no uso das mídias sociais e na veiculação de notícias, como se a divulgação devesse ser prioridade ou suficiente.

Pesquisa deste ano com lideranças de comunicação de sete assembleias legislativas estaduais das cinco regiões mostrou problemas comuns e recorrentes, tais como dificuldades na comunicação

com a sociedade, falta de coordenação/integração entre equipes, de estrutura adequada e até mesmo de compreensão do papel por dirigentes.

De qualquer forma, profissionais de comunicação (concursados, em funções de confiança e de serviços terceirizados) passaram a ter como diretriz básica, desde o texto constitucional, colocar a comunicação a serviço do cidadão. Soa como algo um tanto óbvio (e é), mas foi novidade.

Um exemplo do avanço da profissionalização da área está no segundo Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, promovido pela Associação Brasileira de Comunicação Pública, que aconteceu de 16 a 18 de outubro, em Natal, RN. A ABCPública foi criada em 2016 e já conta com mais de três centenas de profissionais de diferentes formações, de vinte estados e de todos os poderes, em seus diferentes níveis, interessados em melhorar a qualidade da comunicação voltada para o cidadão. O tema do Congresso é “O direito humano à comunicação e as ameaças da desinformação”. Haverá palestras, mesas-redondas e apresentação de mais de 100 artigos e 15 oficinas virtuais.

A qualidade da informação e do diálogo são pilares do progresso e do desenvolvimento para todos. Sem eles, a sociedade não evolui. Na verdade, se despedaça. A comunicação pública serve para empoderar o cidadão, fornecendo-lhe as informações e ferramentas necessárias para uma participação cívica ativa e consciente. E isso não é apenas tarefa dos profissionais da área, mas desafio multidisciplinar e de todos, particularmente gestores e elaboradores de políticas públicas.

Os profissionais e as áreas de comunicação possuem o desafio de aumentar a capacidade das instituições de cumprirem suas missões, contribuindo para uma governança mais eficaz, serviços públicos melhores e uma democracia vigorosa. Isso será mais viável se garantirmos que comunicação de qualidade faça parte da cultura organizacional e que as ações sejam conduzidas com uma perspectiva centrada no cidadão.